

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 30.372 PARANÁ

RELATOR : **MIN. DIAS TOFFOLI**
RECLTE.(S) : **LUIZ INACIO LULA DA SILVA**
ADV.(A/S) : **CRISTIANO ZANIN MARTINS**
RECLDO.(A/S) : **JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA FEDERAL CRIMINAL
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**
BENEF.(A/S) : **NÃO INDICADO**

DESPACHO:

Vistos.

Trata-se de Reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por Luís Inácio Lula da Silva

“em face do MM. Juízo da 13ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de Curitiba/PR que, em decisão proferida no dia 26.04.2018, nos autos da ação penal 5021365-32.2017.4.04.7000/PR, decidiu não remeter aqueles autos à Seção Judiciária de São Paulo, contrariando a decisão proferida por esta Suprema Corte nos autos da PET 6780”

Narra a petição inicial que

“[o] Ministério Público Federal firmou acordo de colaboração premiada com 77 (setenta e sete) executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, os quais foram homologados pela e. Ministra CARMEN LÚCIA, Presidenta desta Suprema Corte.

Na petição autuada sob o número 6780, foram trazidos os seguintes depoimentos:

Termos de Depoimento nº 13, 14, 15 e 50 de Marcelo Odebrecht;

Termos de Depoimento 06, 11, 12, 13, 17, 21, 23 e 24 de Emílio Odebrecht;

Termos de Depoimento nº 12, 13, 14, 15 e 20 de

RCL 30372 MC / PR

Alexandrino Alencar;

Termos de Depoimento nº 3 e 4 de Pedro Novis;

Termo de Depoimento nº 11 de Carlos Armando Guedes Paschoal;

Termo de Depoimento nº 02 de Emyr Diniz Costa;

Termo de Depoimento nº 18 de Paul Altit;

Termo de Depoimento nº 01 de Paulo Ricardo Baqueiro de Melo;

Termo de Depoimento nº 12 de Luiz Eduardo da Rocha Soares.

Segundo a narrativa trazida pelos delatores, o Grupo Odebrecht teria sido beneficiado pela atuação do Reclamante, enquanto ocupante do cargo de Presidente da República que, em contrapartida, teria recebido vantagens indevidas como, por exemplo, a aquisição de um imóvel que seria usado como sede do Instituto Luiz Inácio Lula da Silva e o custeio de reformas em um sítio em Atibaia/SP.

Atendendo pedido da Procuradoria-Geral da República, o então relator do feito, o e. Ministro EDSON FACHIN, determinou por meio de decisão monocrática – *data venia*, equivocada – a remessa do petitório aludido à Subseção Judiciária de Curitiba/PR.

Da simples análise do conteúdo dos referidos depoimentos dos delatores, facilmente se verificou que as imputações, além de mendazes, não têm qualquer relação com os ilícitos cometidos no âmbito da Petrobras a justificar a competência do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba. Assim, o Reclamante, forte nas normas processuais de competência e no entendimento exarado por esta Corte no INQ 4130, interpôs agravo regimental requerendo a remessa dos autos à Subseção Judiciária de São Paulo ou Brasília, onde, em tese, teriam se consumados os crimes narrados.

O recurso que se cuida, depois de negado o juízo de retratação pelo d. Relator, foi improvido pela c. 2ª Turma desta Corte. Entretanto, considerando-se que, em tal acórdão,

persistia insubsistente a justificação da competência da Justiça Federal de Curitiba, o Reclamante opôs embargos de declaração requerendo fosse sanada tal omissão, com efeito modificativo, para determinar a remessa dos autos a um dos Juízos das Seções Judiciárias de São Paulo ou Distrito Federal.

Assim é que, em julgamento realizado no dia 24.04.2018, a c. 2ª Turma deu provimento aos embargos de declaração, concedendo-lhes efeitos modificativos para determinar (i) a imediata remessa dos autos à Subseção Judiciária de São Paulo e, ainda, (ii) fossem observadas as balizas estabelecidas pelo plenário dessa Corte na QO/Inq. 4130. Afirmou o voto condutor, proferido pelo e. Ministro DIAS TOFFOLI, que não se divisou “nenhuma imbricação específica dos fatos descritos nos termos de colaboração com desvios de valores operados no âmbito da Petrobras”.

Ocorre que, do conteúdo amealhado no petitório abordado, objeto da deliberação deste Tribunal, há diversos depoimentos e supostos elementos de corroboração que estão sendo utilizados para embasar a ação penal que atualmente tramita perante a 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR (autos nº 5021365-32.2017.4.04.7000/PR), na qual o Reclamante é um dos acusados. Saliente-se, inclusive, que a juntada do referido material àqueles autos se deu por determinação da própria autoridade reclamada.

No que toca ao objeto de tal imputação, os depoimentos em questão são:

Termo de Depoimento nº 13 de Alexandrino de Salles Ramos Alencar;

Termo de Depoimento nº 11 de Carlos Armando Guedes Paschoal;

Termo de Depoimento nº 11 de Emílio Alves Odebrecht;

Termo de Depoimento nº 2 de Emyr Diniz Costa Junior.

(...)

Galgado na ordem emanada deste Tribunal e a fim de preservar a autoridade desta Corte Máxima, o Reclamante requereu àquele Juízo de primeiro grau — em contrapartida à manifestação dos procuradores —, a imediata remessa dos autos à Subseção Judiciária de São Paulo, em respeito às normas processuais de competência e visando a evitar que quaisquer outros atos fossem praticados por magistrado manifestamente incompetente.

Ocorre que, em 26.04.2018, o Juízo reclamado proferiu decisão rejeitando o pleito defensivo, alegando, em síntese, que seria necessário aguardar a publicação do acórdão do julgamento da PET 6780 para discutir, na *declinatori fori*, eventual incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

Ou seja, o magistrado de primeiro grau, na prática, decidiu que irá analisar nos autos de uma exceção de incompetência — que está pendente de julgamento há oito meses — a correção ou não da decisão proferida por esta Excelsa Corte, a despeito de sua imediata eficácia a partir da juntada aos autos da certidão do julgamento.

Ao assim proceder, incorreu a autoridade reclamada em clara afronta à citada decisão prolatada por essa Corte, visto que não lhe cabe discutir o alcance ou tergiversar sobre o momento que lhe pareça mais conveniente para cumprir o mandamento em questão, mas, tão somente obedecer à decisão desse Tribunal Supremo.

(...)

Ante o cenário delineado, no qual se atesta indevida violação à autoridade da decisão prolatada por esse Supremo Tribunal Federal, perfeitamente cabível o manejo da presente Reclamação Constitucional, sendo necessário o acolhimento do pleito acautelador e, no mérito, o seu posterior provimento, conforme será demonstrado adiante”.

Sustenta o reclamante que

“[a] decisão prolatada pela c. 2ª Turma, nos autos da Petição nº 6780, foi muito clara ao determinar a remessa dos depoimentos constantes daqueles autos e respectivos elementos de corroboração, anteriormente remetidos ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, à Seção Judiciária de São Paulo. Compreendeu esta Corte, acertadamente, não existir qualquer relação entre as imputações afirmadas pelos delatores e os ilícitos praticados no âmbito da Petrobras.

(...)

Veja-se que não subsiste qualquer dúvida sobre a amplitude e o conteúdo de tal decisão, a qual determinou (i) a remessa dos depoimentos colacionados à PET 6780 a um dos Juízos da Seção Judiciária de São Paulo (livre distribuição) e (ii) a observância dos critérios estabelecidos no paradigmático INQ 4130, relatado também pelo e. Ministro DIAS TOFFOLI.

Nesse diapasão, a conduta da autoridade coatora que, a seu juízo e conveniência, simplesmente decidiu deixar de dar imediato cumprimento à ordem emitida por essa Excelsa Corte (como se lhe houvesse escolha), é ensejadora da presente reclamatória. Cumpre registrar, ainda, que, além da inequivocidade do mandamento desse Tribunal, o pretexto utilizado pela autoridade reclamada, de aguardar a publicação do acórdão, não comporta acolhimento.

A uma, porque, consoante a jurisprudência dessa Corte, o julgamento passa a surtir efeitos a partir da publicação da ata, e não da publicação do acórdão. Registre-se, nessa perspectiva, que a ata de julgamento do aresto violentado foi publicada no dia 24.04.2018, dois dias antes da decisão impugnada na presente reclamatória. Não fosse isso suficiente, pontue-se que o inteiro teor do voto-condutor proferido por este d. Relator foi divulgado na mesma data, o que, inclusive, era de conhecimento daquele Juízo, que o mencionou na decisão reclamada”.

A inicial prossegue historiando

“(…) o desenrolar da ação penal que corre perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, a fim de demonstrar o liame e a importância de tais depoimentos – objeto da decisão proferida por essa Corte – para afastar a competência daquele juízo, a qual foi construída e ainda se mantém, ressalte-se, à margem dos critérios constitucionais e processuais de competência.

(…)

De se registrar, também por extrema relevância que, no decorrer da instrução processual, diversos elementos probatórios reforçaram a manifesta incompetência do juízo reclamado para a cognição e julgamento dos fatos relacionados ao famigerado sítio, os quais serão abordados separadamente.

Sobreveio, em 24.04.2018, a decisão proferida por essa c. 2ª Turma, na Petição nº 6780, determinando a imediata remessa dos depoimentos atinentes ao sítio de Atibaia à Subseção Judiciária de São Paulo, forte na aceção de inexistir, em tais relatos, qualquer menção ou vínculo com as irregularidades ocorridas na Petrobras.

(…)

O Reclamante, por outro lado, amparado na inequívoca ordem dessa Corte, requereu a imediata remessa daqueles autos à Subseção Judiciária de São Paulo, em respeito às normas processuais de competência e a fim de preservar a autoridade desta Corte Máxima. De se salientar que tal pedido, nos autos principais, se deu em razão da denegação de jurisdição do magistrado de piso na exceção de incompetência oriunda da ação penal.

Em 26.04.2018, a autoridade reclamada proferiu decisão asseverando que:

(i) As manifestações das partes seriam precipitadas, diante do fato de que o acórdão do julgamento dos Emb. Decl. no Quarto Ag. Reg. na PET 6780 ainda não foi publicado;

(ii) A investigação tem por base outras provas além dos depoimentos da PET 6780, tais como as reformas supostamente custeadas pelo Grupo OAS e por José Carlos Bumlai;

(iii) O local próprio para discutir tal questão é a exceção de incompetência;

Além de tais fundamentos, consignou a autoridade reclamada que concederia ao Reclamante prazo para manifestação na exceção de incompetência por ele ajuizada, o que só seria feito, contudo, após a publicação da citada decisão da c. 2ª Turma.

Ademais, determinou a continuidade da marcha processual. Ao assim proceder, o magistrado de 1º grau, a seu juízo de conveniência, decidiu questionar a abrangência, bem como estabelecer o momento no qual, eventualmente, poderá vir a cumprir a ordem advinda dessa Corte. Tal situação, evidentemente, incorre em inédita afronta à autoridade desse Tribunal Supremo.

Agregue-se, ainda, que, tanto a FT “Lava Jato” como a autoridade reclamada, invocaram, a fim de questionar o teor e o alcance do *decisum* prolatado por esta Corte, o argumento de que, naquela ação penal, também são apurados fatos relacionados à Construtora OAS e José Carlos Bumlai.

Olvidou-se, entretanto, que o voto-condutor proferido por esse d. Relator nos autos da Petição 6780, tomando por base a consolidada jurisprudência do Pretório Excelso, é categórico ao determinar a observância “das regras de fixação, de modificação e de concentração de competência referidas no Inq. nº 4.130/PR-QO, respeitando-se, assim, o princípio do juiz natural”.

Com efeito, o suposto vínculo do sítio de Atibaia, à revelia da ordem emanada no aresto e no magistério jurisprudencial dessa Corte, ampara-se, unicamente, em isolados depoimentos prestados por delatores, os quais, à toda evidência, vêm se sobrepondo às regras constitucionais e processuais de competência.

Relevante registrar, por óbvio, a impossibilidade de se

aguardar a publicação do aludido acórdão ou eventual decisão daquele juízo na exceção de incompetência para discutir a controvérsia aqui citada, eis que (i) não cabe a um juízo de 1º grau – por maior que seja o poder a ele atribuído – tergiversar sobre o escopo de uma determinação dada pela mais alta Corte do país, tampouco decidir qual seria o momento de cumpri-la; (ii) a prorrogação de competência da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR se dá em franca contrariedade à ordem e à jurisprudência consolidada por esse Tribunal; (iii) a injustificada negativa jurisdicional da autoridade reclamada, no incidente discutidor de sua competência e (iv) a não suspensão da marcha processual daquela persecução.

Tais elementos, a um só tempo, incorrem em (i) desrespeito à autoridade da Corte; (ii) afronta às normas determinadoras da competência e (iii) agravamento ao constrangimento imposto ao Reclamante, o qual é processado e pode vir a ser sentenciado por Juízo manifestamente incompetente para tal e (iv) ofensa ao vedado ne bis in idem, pois, ante a ordem do Supremo de remessa dos depoimentos referenciados, pode vir o Reclamante a ser processado pelos mesmos fatos, em juízos distintos.

Tendo em conta que a acusação oferecida em face do Reclamante possui três núcleos (Schahin/José Carlos Bumlai, Odebrecht e OAS), e considerando que manter tais apurações – dos três polos citados – perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba afronta a ordem emanada dessa Corte na Petição nº 6780, bem como a jurisprudência por ela sedimentada, abordar-se-á abaixo, à luz de tal divisão, os fundamentos comprovadores da tese aqui aventada, demonstrando-se a evidente incompetência daquela Vara Federal para conduzir e julgar o processo-crime nº 5021365-32.2017.4.04.7000/PR”.

Após discorrer sobre **i)** os fatos relativos à Construtora Schahin e José Carlos Bumlai; **ii)** os fatos relativos à Construtora Odebrecht e **iii)** os fatos relativos à Construtora OAS, defende o reclamante a impossibilidade de invocação da teoria do juízo aparente e a necessidade

“de anulação da persecução penal desde o seu nascedouro”.

Ante o exposto, requer o reclamante:

“(i) A concessão de medida liminar *inaudita altera parte*, com fundamento no artigo 989, inciso II, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar a **suspensão** da marcha processual da ação penal nº 5021365-32.2017.4.04.7000/PR até o julgamento de mérito da presente reclamação, incluindo, mas não se limitando, à coleta dos depoimentos de testemunhas e a realização de provas periciais;

(ii) A notificação da autoridade reclamada para prestar informações;

(iii) A intimação do Ministério Público Federal para manifestação;

(iv) Após regular processamento, o integral provimento desta Reclamação, para o fim de determinar a **imediata** remessa dos autos da *persecutio* a um dos Juízos da Seção Judiciária de São Paulo (livre distribuição), declarando-se a nulidade, à luz do art. 564, I, do CPP, de todos os atos praticados pelo juízo reclamado no processo-crime indicado;

(v) Subsidiariamente, caso assim não se decida, requer-se seja acolhida a presente Reclamação para o fim de determinar ao Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba que determine a **imediata** remessa a um dos Juízos da Seção Judiciária de São Paulo (livre distribuição) de todos os depoimentos e elementos de corroboração indicados na certidão proveniente do julgamento da PET 6780;

(vi) Subsidiariamente, ainda, acaso se vislumbre qualquer óbice processual ao conhecimento da presente reclamação, alvitra-se e se espera que, à luz do cenário delineado e do compromisso dessa Suprema Corte com a Ordem Constitucional, a concessão da ordem *ex officio*, com fulcro *nos princípios do juiz natural e do devido processo legal*, determinando-se a remessa dos autos da ação penal 5021365-32.2017.4.04.7000/PR à Seção Judiciária acima indicada”.

Examinados os autos, decido.

Destina-se a Reclamação a preservar a competência do Supremo Tribunal Federal e a garantir a autoridade de suas decisões (CF, art. 102, inciso I, alínea I), bem como a resguardar a correta aplicação das súmulas vinculantes (CF, art. 103-A, § 3º, CF/88).

Em torno desses conceitos, a jurisprudência desta Corte desenvolveu parâmetros à utilização desse instituto, dentre os quais se destaca a necessidade de **aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmáticas do STF:**

“Os atos questionados em qualquer reclamação - nos casos em que se sustenta desrespeito à autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal - **hão de se ajustar, com exatidão e pertinência**, aos julgamentos desta Suprema Corte invocados como paradigmas de confronto, em ordem a permitir, pela análise comparativa, a verificação da conformidade, ou não, da deliberação estatal impugnada em relação ao parâmetro de controle emanado deste Tribunal” (Rcl nº 6.534/MG-AgR, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Celso de Mello**, DJe de 17/10/08).

Na espécie, conforme exposto, sustenta o reclamante que o juízo reclamado teria afrontado a autoridade da decisão proferida pela Segunda Turma desta Corte no julgamento dos embargos de declaração no quarto agravo regimental na PET nº 6.780.

Neste juízo de deliberação, não vislumbro a apontada ofensa à autoridade do Supremo Tribunal Federal.

O julgado embargado na PET nº 6.780-AgR-quarto havia mantido decisão monocrática do Ministro **Edson Fachin** que reconheceu a competência da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná para conhecer de fatos narrados nas declarações prestadas pelos colaboradores Alexandrino de Salles Ramos Alencar (Termos de Depoimento nº 12, 13, 14, 15 e 20), Carlos Armando Guedes Paschoal (Termo de Depoimento nº 11), Emílio Alves Odebrecht (Termos de Depoimento nº 6, 11, 12, 17, 21,

23 e 24), Emyr Diniz Costa Junior (Termo de Depoimento nº 2), Marcelo Bahia Odebrecht (Termos de Depoimento nº 13, 14 e 15), Paul Elie Altit (Termo de Depoimento nº 18), Paulo Ricardo Baqueiro de Melo (Termo de Depoimento nº 1) e João Carlos Mariz Nogueira (Termo de Depoimento nº 4).

Transcrevo sua ementa:

“QUARTO AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO. REMESSA DE TERMOS DE DEPOIMENTO À SEÇÃO JUDICIÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ. FATOS RELACIONADOS A SUPOSTOS PAGAMENTOS INDEVIDOS REALIZADOS PELO GRUPO ODEBRECHT. APARENTE CONEXÃO COM OPERAÇÃO DE REPERCUSSÃO NACIONAL. AÇÕES PENAIS POR FATOS ANÁLOGOS PROCESSADAS NO JUÍZO DESTINATÁRIO. NÃO INCIDÊNCIA DA REGRA PREVISTA NO ART. 70 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. O objeto destes autos se resume à destinação de termos de depoimento prestados em acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e integrantes do Grupo Odebrecht, nos quais não há menção a qualquer fato envolvendo autoridade com prerrogativa de foro perante esta Suprema Corte.

2. O conteúdo dos termos de depoimento, bem como dos respectivos elementos de corroboração, em respeito ao princípio acusatório que vige no Processo Penal ajustado ao Estado Democrático de Direito, deverá ser levado ao conhecimento das autoridades a quem a Constituição Federal atribuiu a função de investigar e propor a responsabilização criminal para o adequado tratamento.

3. Indicando a narrativa fática dos colaboradores suposto pagamento de vantagens indevidas, por parte do Grupo Odebrecht, à obtenção de benefícios em detrimento da Petrobras S/A, demonstra-se o liame do contexto com o objeto da operação de repercussão nacional que tramita perante a

Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Paraná.

4. A relação de conexidade torna-se ainda mais evidente em razão do processamento de ações penais por fatos análogos (autos ns. 5054932-88.2016.4.04.7000, 5019727-95.2016.4.04.7000 e nº 5063130-17.2016.4.04.7000) na 13ª Vara Federal de Curitiba

5. Não havendo menção à autoridade detentora de foro por prerrogativa nesta Suprema Corte, a declinação, com remessa dos termos, deve se dar em favor da autoridade judiciária perante a qual tramitam procedimentos que guardam aparente conexão com os fatos narrados, nos termos do art. 79, *caput*, do Código de Processo Penal, sem que, com isso, haja peremptória definição de competência.

6. Agravo regimental desprovido”.

De acordo com o julgado em questão, os fatos relatados pelos colaboradores premiados

“(…) [diriam] respeito a possíveis repasses de verbas indevidas para custeio de despesas do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ora agravante, realizadas em contrapartida a favorecimentos ao grupo empresarial Odebrecht. Esses fatos, **segundo o Ministério Público Federal**, teriam sido praticados diretamente em detrimento da Petrobras S/A, o que determinou a solicitação e a providência impugnada” (grifei).

No voto condutor do acórdão proferido no julgamento dos declaratórios na PET nº 6.780-AgR-quarto, ao divergir do eminente Relator, Ministro **Edson Fachin**, assentei não vislumbrar,

“(…) ao menos por ora, nenhuma imbricação específica dos fatos descritos nos termos de colaboração com desvios de valores operados no âmbito da Petrobras.

Com efeito, o colaborador João Carlos trata, no anexo 4, de “*garantias do financiamento a projeto de interesse da Odebrecht em Cuba*”, referindo-se ao Porto de Mariel e a sua Zona Franca

Industrial.

Os colaboradores Alexandrino Alencar, Carlos Paschoal, Emyr Costa, Paul Altit, Paulo Ricardo Melo se referem à aquisição de imóvel para construção da sede do Instituto Lula, bem como à reforma de um sítio em Atibaia, custeados pela Odebrecht – *segundo Alexandrino Alencar, como contrapartida pela influência política exercida pelo ex-presidente em favor do Grupo Odebrecht.*

O colaborador Emílio Odebrecht, em seus anexos, faz referência, dentre outros eventos, a empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira, a despesas em favor do embargante com o sítio de Atibaia, e a projetos na Venezuela com o então Presidente Hugo Chavez.

Finalmente, o colaborador Marcelo Odebrecht noticiou que os valores empregados na compra do imóvel onde seria instalado o Instituto Lula teriam sido descontados, em acerto com Antônio Palocci, da denominada “conta amigo”, acrescentando que em 2010 ambos teriam combinado de provisionar 35 milhões de reais na conta corrente mantida com o Partido dos Trabalhadores para “suportar gastos e despesas do então Presidente Lula”.

Nesse contexto, ainda que o Ministério Público Federal possa ter suspeitas, fundadas em seu conhecimento direto da existência de outros processos ou investigações, de que os supostos pagamentos noticiados nos termos de colaboração teriam origem em fraudes ocorridas no âmbito da Petrobras, **não há nenhuma demonstração desse liame nos presentes autos.**

Dito de outro modo, ao menos em face dos elementos de prova amealhados neste feito, a gênese dos pagamentos noticiados nos autos não se mostra unívoca.

Logo, a meu sentir, os termos de colaboração em questão devem ser remetidos à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, em cuja jurisdição, em tese, teria ocorrido a maior parte dos fatos narrados pelos colaboradores.

Por fim, como a investigação se encontra em fase

embrionária e diante da impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação de competência, **o encaminhamento dos termos de colaboração e respectivos anexos não firmará, em definitivo, a competência do juízo indicado**, devendo ser observadas, exemplificativamente, as regras de fixação, de modificação e de concentração de competência referidas no Inq. nº 4.130/PR-QO, respeitando-se, assim, o princípio do juiz natural”.

Por essas razões, votei no sentido de acolher, com efeitos modificativos, os embargos de declaração opostos na PET nº 6.780-AgR-quarto, para determinar a remessa dos termos de colaboração e de seus respectivos elementos de corroboração à Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

Neste **juízo de cognição sumária**, é possível verificar que o julgado em questão, cujo descumprimento ora se imputa ao juízo reclamado:

i) não examinou a competência da 13ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Paraná para processar e julgar ações penais que já se encontravam em curso e nas quais o reclamante figura como réu; e

ii) não determinou ao juízo reclamado que redistribuísse essas ações à Seção Judiciária de São Paulo.

Assentou-se apenas, **em caráter provisório e com base exclusivamente nos precários elementos de informação constantes dos autos da PET nº 6.780**, não ser possível afirmar-se que os termos de depoimentos de colaboradores teriam vinculação com o juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba.

Por sua vez, ao se ordenar a remessa dos termos em questão à Seção Judiciária de São Paulo, consignou-se que,

“como a investigação se encontra em fase embrionária e diante da impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação de competência, **o encaminhamento dos termos de colaboração e respectivos anexos não firmará, em definitivo, a**

competência do juízo indicado, devendo ser observadas, exemplificativamente, as regras de fixação, de modificação e de concentração de competência referidas no Inq. nº 4.130/PR-QO, respeitando-se, assim, o princípio do juiz natural.”

Dessa feita, determinou-se o encaminhamento **isolado** de termos de depoimento que originariamente instruíam procedimento em trâmite no Supremo Tribunal Federal à Seção Judiciária de São Paulo, bem como que, **em relação a esses termos de depoimento** – e não em relação a ações penais em curso em primeiro grau - fossem oportunamente observadas as regras de fixação, de modificação e de concentração de competência.

Em suma, não se subtraiu – e nem caberia fazê-lo - do Ministério Público o poder de demonstrar o **eventual** liame – a ser contrastado pelo reclamante nas instâncias ordinárias e pelas vias processuais adequadas - entre os supostos pagamentos noticiados nos termos de colaboração e fraudes ocorridas no âmbito da Petrobras, bem como em momento algum se **verticalizou** a discussão sobre a competência do juízo reclamado para ações penais em curso em desfavor do reclamante, máxime considerando-se que essa matéria jamais foi objeto da PET nº 6.780.

A presente reclamação, neste exame preliminar, ao pretender submeter diretamente ao controle do Supremo Tribunal Federal a competência do juízo de primeiro grau para ações penais em que o reclamante figura como réu, cujo substrato probatório não foi objeto de exame na PET nº 6.780, parece desbordar da regra da aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo da decisão supostamente afrontada.

Nesse contexto, por não vislumbrar plausibilidade jurídica para sua concessão, **indefiro** o pedido de medida liminar.

II) A petição inicial não indica o valor da causa.

É caso de ofensa direta aos arts. 291 e 319, V, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, com fundamento no art. 321 do Código de Processo Civil, determino a **emenda** da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de seu indeferimento.

Cumprida essa exigência legal, nos termos do art. 157 do Regimento

RCL 30372 MC / PR

Interno do Supremo Tribunal Federal, solicitem-se informações à autoridade reclamada a respeito do quanto alegado na inicial, cuja cópia deverá acompanhar a missiva.

Após, dê-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2018.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Relator

Documento assinado digitalmente